

CRH Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Memória da reunião da Câmara Técnica de Planejamento

Data: 23 de junho de 2010
Local: CTH/USP

Pauta da reunião:

- Apresentação da proposta de projeto CORHI “Água na Boca do Povo” – programa de difusão de informações sobre a utilização e proteção da água no Estado de São Paulo.

Mediador da reunião:

- Alexandre Liazzi – DAEE

Participantes:

Alexandre Liazzi	DAEE	aliazzi@sp.gov.br
Miron Rodrigues da Cunha	CDPEMA	miroirc@gmail.com
Gilmar Manguiera da Silva	PM SBC	gilmar.manguiera@saobernardo.sp.gov.br
Mariza G. Prota	SABESP	mprota@sabesp.com.br
André Elia Neto	ÚNICA	andre@ctc.com.br
Eduardo Fukano	Sind. Rural de Piedade	srpiedade@hotmail.com
Antonio C. Cardoso Neto	Sind. Rural de Ibiúna	siribiu@gmail.com
Wagner Cabelho	SMA/CRHi	wagnerl@ambiente.sp.gov.br

A reunião:

O Sr. Alexandre Liazzi iniciou o encontro retomando a última reunião da CTPLAN em que foram discutidos os Projetos CORHI – 2010 e o desdobramento dessa discussão na última reunião do CRH em 08 de junho. Argumentou que, por motivo de saúde, não pode comparecer à reunião do CRH, na qual, para a sua surpresa, foi informado que o projeto Plano de Mídia não havia sido aprovado.

O coordenador apresentou então a ata da última reunião que relatava que os projetos apresentados tinham sido aprovados, inclusive o Plano de Mídia, que, contudo tinha sido aprovado com ressalvas. Informou que essa ata havia sido enviada por e-mail aos membros da Câmara e que não houve nenhuma objeção à mesma. Reiterou ainda a compreensão que teve da reunião e que expressou na ata enviada e, que toda essa situação criava uma situação constrangedora a ele.

Diante do exposto, o Sr. André Elia Neto reconheceu não ter lido a ata, mas que no seu entendimento o projeto não havia sido aprovado. Ressaltou que todas as atas devem ser aprovadas na reunião posterior.

O Sr. Miron Rodrigues afirmou ter lido a ata, mas que diante dos questionamentos surgidos na Câmara, julgou importante a apreciação do projeto pela plenária do CRH. Ressaltou ainda que o seu posicionamento não possuía nada contra a pessoa do Coordenador.

O Sr. Miron expôs ainda que o CORHI não pode ser considerado um privilegiado sistêmico, diferente da sociedade civil e dos municípios. Deve seguir todos

os pré-requisitos do MPO e do COFEHIDRO. Que o Plano de Mídia necessita de um embasamento técnico, pois ele não se sustenta.

O Sr. Liazi argumentou que os projetos CORHI são apresentados de modo menos formal, mas que posteriormente, seguem também todas as normas e padrões dos projetos apresentados ao FEHIDRO. Que faltou apenas, na reunião anterior, uma pessoa para defender e esclarecer eventuais dúvidas sobre o projeto em questão, pois os outros projetos vieram na mesma forma e foram aprovados.

O Sr. Gilmar Mangueira questionou o recebimento da ata. O que foi contraposto pelo coordenador que mostrou que ele foi um dos destinatários da mensagem. O Sr. Gilmar continuou sua fala, argumentando que é preciso que os documentos cheguem em tempo hábil aos prefeitos, pois no caso de São Bernardo os todos documentos são repassados aos outros prefeitos da Bacia. O Sr. Liazi afirmou que os documentos são enviados dentro do prazo regimental. O relator afirmou que acreditava no cumprimento dos prazos, mas que ainda assim verificaria a data da postagem dos documentos aos conselheiros.

A Sra. Mariza Prota afirmou que esse projeto necessitaria de maiores esclarecimentos e questionou ainda por que os projetos CORHI não cumprem os mesmos requisitos dos demais projetos.

O Sr. Miron, defendeu o princípio da isonomia, que o CORHI deva também seguir os mesmos procedimentos e que não se propõe a aprovar nenhum projeto que não seja, a princípio, nos moldes e padrões do MPO.

A Sra. Mariza afirmou que talvez não seja preciso um projeto com todas as etapas, mas sim, melhor estruturado com cerca de 4 ou 5 páginas.

O Sr. Alexandre reafirmou que apesar da apresentação inicial ser mais simples, posteriormente os projetos CORHI seguem todos os trâmites necessários para o financiamento.

O Sr. Gilmar afirmou que os demais projetos eram mais condizentes à realidade.

Diante dessa discussão o Sr. Gerônimo argumentou que até então as apresentações tinham sido dessa forma, simplificadas e solicitou que ao menos nessa reunião fosse seguido o mesmo padrão de procedimento utilizado.

O Sr. Alexandre ressaltou que contasse em ata a solicitação na mudança de procedimentos para o futuro.

Após essa discussão o Sr. Gerônimo apresentou a justificativa da aprovação do projeto Plano de Mídia. Iniciou sua explanação a partir da constatação de que após quase 20 anos de existência do sistema de recursos hídricos no Estado de São Paulo e apesar do esforço dos comitês e dos órgãos gestores, as informações, campanhas e projetos se restringem às pessoas envolvidas no processo. O sistema está insulado, apesar dos boletins e jornais publicados. O conhecimento se encontra restrito ao próprio sistema e essa situação é constatada pelos próprios comitês, que por meio dos Secretários Executivos reivindicam uma maior divulgação das informações.

O Sr. Gerônimo argumentou ainda que apesar da limitação dos recursos, que impossibilitaria a divulgação nas redes de televisão, é possível repensar a comunicação social e a difusão das informações dos recursos hídricos. E que essa melhoria da comunicação está prevista no Plano Estadual de Recursos Hídricos, no Plano Nacional e já havia sido proposta no I Congresso de Bacias em 2002.

A metodologia do Plano de Mídia consistiria em uma pesquisa qualitativa da opinião pública, feita de forma descentralizada, por bacia hidrográfica, de modo a captar os anseios e as necessidades locais. Os Comitês também, por meio dos três segmentos que os constituem, também de forma descentralizada, devem informar o que julgam prioritário para a divulgação das suas ações. Após essa pesquisa seriam elaboradas

diretrizes para campanhas para diferentes tipos de mídia por pessoas especializadas para tal tarefa. Isso possibilitaria um consistente plano de mídia, com a criação de peças com as especificidades, anseios e necessidades de cada bacia.

O Sr. Gerônimo ressaltou ainda, que após a aprovação o plano seguirá todos os padrões exigidos dos projetos FEHIDRO.

Após a explicação, o Sr. Miron argumentou que possuía uma larga experiência na área de marketing e pesquisa e que havia a necessidade de uma pesquisa bem elaborada e não de um plano de mídia. Que é fundamental conhecer o target, o alvo, senão o que ocorre é uma dispersão de mídia, uma dispersão dos recursos destinados à mídia. Afirmou ainda que o foco da campanha não deveria ser o público em geral, mas voltada a quem pagará quando da cobrança, para o contribuinte outorgado e pagador. Em um segundo momento é que deveria ocorrer uma campanha de massa, uma outra estratégia de Educação Ambiental.

O Sr. Alexandre afirmou que esses recursos não são provenientes da cobrança e que o projeto deveria ser mais amplo, seguindo as sugestões propostas, talvez com um novo nome.

A Sra. Mariza reiterou que via a necessidade da pesquisa, da definição do target, mas que já havia sido elaborado um projeto de comunicação e esclarecimentos sobre a cobrança. Questionou ainda o nome da campanha, “Água na boca do povo” que não parecia apropriado para a divulgação do planejamento, gestão e informações técnicas. E que possuía uma dúvida se o objetivo era divulgar o sistema ou a situação dos recursos hídricos no Estado. O que foi respondida pelo Sr. Gerônimo: as duas coisas.

A Sra. Mariza continuou, afirmando que julgava ocorrer o projeto em duas etapas: primeiro a pesquisa, para depois direcionar a campanha.

O Sr. Miron contrapôs, afirmando que seriam dois momentos, um projeto para a pesquisa qualitativa e outro, depois para as campanhas.

O Sr. Gerônimo contrapôs afirmando que no projeto estava planejado a elaboração das diretrizes, a unificação da linguagem e o desenvolvimento das campanhas e dos kits apenas após as pesquisas.

A Sra. Mariza perguntou como se chegou ao valor de R\$ 1.000.000, se houve consultas, orçamentos... O Sr. Gerônimo informou que não, apenas no momento do TR.

O Sr. Miron afirmou que seria preciso um novo projeto, um plano de marketing. O que foi refutado pelo Sr. André, que não concordaria com um investimento para um plano de marketing.

Foi proposta então, a adoção de um novo título ao projeto: Plano Estratégico de Comunicação sobre o Sistema e a Preservação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo.

O Sr. Miron se propôs a auxiliar no projeto e a Sra. Mariza, na elaboração do TR.

O Sr. Gilmar afirmou que precisaria levar para as informações da reunião para o prefeito e para a Secretaria de Comunicação de S. Bernardo para análise e precisaria de um tempo para a definição.

O Sr. André afirmou que as decisões precisam ser tomadas na própria Câmara Técnica.

O Sr. Alexandre propôs então uma nova reunião para a segunda quinzena de julho para a apreciação do projeto reformulado. Ressaltou que a Câmara não é deliberativa, que a decisão caberá ao CRH.

O Sr. Miron lembrou a necessidade de convocar os novos componentes da CTPLAN.

Tendo assim encerrada a reunião.

